

Agricultura familiar

O agronegócio na pequena propriedade

José Carlos Pedreira de Freitas*

N O ATUAL debate da questão alimentos *versus* energia pouco se têm falado da relevância do agronegócio familiar na mudança para um novo modelo de produção de agroenergia na era pós-combustíveis fósseis, bem como sobre sua correta caracterização.

Exclusão de pequenos e médios agricultores

Segundo estudos do Instituto de Economia Agrícola, nos anos 90, anualmente, mais de 210 mil famílias rurais emigraram; em torno de 100 mil pequenos estabelecimentos rurais desapareceram e 550 mil postos de trabalho deixaram de existir na agropecuária.

Políticas compensatórias no período de 1995 a 1999 permitiram a criação de 373 mil novos estabelecimentos rurais (perto de 1/3 dos que desapareceram), gerou 1,2 milhões de ocupações e teria retido no meio rural o equivalente a 18% do contingente que emigrou.

Enquanto aguardamos o censo do IBGE de 2006 para ter uma visão mais clara sobre o fluxo migratório nas últimas décadas, assistimos a uma certa confusão quanto à correta caracterização do importante segmento do agronegócio familiar, muitas vezes confundido com agricultura de subsistência.

Considerando o total de 5,204 milhões de imóveis rurais existentes no Brasil (IBGE/2006), estamos falando de pouco mais de 4 milhões de propriedades operando em regime de agricultura familiar que, representando 85,2% dos estabelecimentos rurais no Brasil, mobilizam

86,6% do pessoal ocupado no setor (Censo Agropecuário do IBGE 1995/6)

Suas principais características podem ser assim resumidas:

1. Trabalho e gestão intimamente relacionados, uma vez que a produção se dá diretamente pelos próprios proprietários;
2. Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo;
3. Ênfase na diversificação e agregação de valor, o que lhe confere larga vantagem na produção de produtos diferenciados de nossas *commodities*;
4. Alto grau de assimilação de práticas de produção sustentável (agroecologia), pela pequena escala de produção e características do processo produtivo acima mencionadas.

É importante ressaltar sua diferença não só em relação à produção de subsistência, mas também à pequena propriedade voltada apenas à produção de grãos, totalmente anti-econômica pois dedicada à produção de *commodities* cujas pequenas margens recomendam economias de escala só presentes no agronegócio patronal.

O agronegócio familiar, constituído por pequenas e médias propriedades tocadas em regime familiar, dedica-se à produção diversificada de produtos diferenciados de alto valor agregado, em geral atrelada às etapas de pré-processamento e processamento desenvolvidas ou não dentro da própria propriedade.

Representando a possibilidade concreta da adoção dos novos paradigmas da agricultura sustentável – *A Capacidade de um Agro Ecossistema de Manter a Produção através do Tempo, na Presença de Repetidas Restrições ecológicas e Pressões Sócio-Econô-*

micas (Altieri, 1983) – o agronegócio familiar tem ampliado seus benefícios tanto no âmbito social quanto na preservação e conservação do nosso patrimônio ambiental e cultural.

Isso sem falar na crescente importância do agronegócio familiar na produção descentralizada de matérias-primas energéticas, como muito bem preconiza o cientista social Ignacy Sachs quando trata do que chama “civilização da biomassa”, que irá suceder a atual, baseada nos combustíveis fósseis.

Mesmo considerando seu significativo crescimento nos últimos anos, o reconhecimento de sua importância ainda não se traduz em resultados efetivos. Tome-se o exemplo do Pronaf, linha de crédito criada em 1995 e destinada exclusivamente ao atendimento do agronegócio familiar.

Saindo de R\$ 729 milhões em 1995 quando de sua criação, foram emprestados anualmente R\$ 1,5 bilhão a R\$ 2,0 bilhões na primeira metade da década de 2000, com forte crescimento a partir de 2004, tendo atingido o montante de R\$ 7,611 bilhões no ano agrícola de 2005/2006, seu melhor ano.

À revelia desse enorme esforço de alocação de recursos públicos, é preciso observar a dificuldade no aumento do número de contratos firmados, que atingiram, em sua melhor marca, 1,9 milhão de operações para um universo a ser atendido da ordem de 4 milhões de agricultores familiares (menos de 50% portanto).

Não bastassem as dificuldades no acesso ao crédito, some-se a precária rede de assistência técnica e de apoio à comercialização de produtos do agronegócio familiar. No dizer de uma das lideranças de trabalhadores rurais, o agrônomo é uma das mercadorias mais baratas no estado de São Paulo.

Só será efetiva uma política que se sustente nos pilares da organização da produção, transferência de tecnologia, crédito e agregação de valor, capaz de fortalecer o agronegócio familiar, contribuindo para a sustentabilidade sócio-ambiental de nosso atual modelo de agronegócio. ■

* Engenheiro agrônomo dedicado ao estudo da sustentabilidade nos agronegócios, diretor da Hecta e diretor geral da Agrifam. Email: hecta.sp@uol.com.br